

ano 23 – n. 85 | julho/setembro – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-242 | ISSN 1808-5628  
R. bras. de Dir. mun. – RBDM

**Revista Brasileira de  
DIREITO MUNICIPAL**

**RBDM**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## **DOCTRINA**

### **ARTIGOS**

Abalos na saúde mental do servidor público: algumas evidências encontradas nas três esferas federativas brasileiras

<b>Ana Cristina Moraes Warpechowski</b> .....	9
Introdução.....	10
Revisão da literatura.....	12
1 Estudos sobre a saúde mental realizados em órgãos públicos federais.....	15
2 Estudos sobre a saúde mental realizados em órgãos públicos estaduais.....	19
3 Estudos sobre a saúde mental realizados em órgãos públicos municipais.....	23
4 Aspectos relevantes em relação às atividades e ao ambiente de trabalho.....	27
Resultados e considerações finais.....	32
Referências.....	37

Proteção do patrimônio cultural urbano à luz do Estatuto da Cidade  
(Lei nº 10.257/2001)

<b>Ana Maria Moreira Marchesan</b> .....	43
1 Introdução.....	43
2 A visão sistêmica do meio ambiente (ou a razão pela qual o Estatuto da Cidade externou preocupação com o patrimônio cultural).....	45
3 O estatuto e sua reiterada preocupação com a preservação ambiental no meio urbano.....	49
4 Os instrumentos urbano-ambientais relacionados à tutela do patrimônio cultural.....	50
4.1 Plano Diretor e zoneamento.....	51
4.2 Transferência do Direito de Construir.....	55
4.3 Direito de preempção.....	58
4.4 Operação Urbana Consorciada (OUC).....	59
5 Conclusões.....	61
Referências.....	61

Os serviços funerários na ordem constitucional de 1988

<b>Renata Vaz Marques Costa Rainho</b> .....	65
1 Introdução.....	65
2 Serviços públicos na Constituição de 1988.....	67
3 Serviços funerários.....	70
3.1 Casos práticos.....	72
4 Considerações finais.....	79
Referências.....	81

A impossibilidade do pregão para serviços técnicos especializados

<b>Rodrigo Silveira Diniz Machado, Gláucio Eugênio Cordeiro</b> .....	83
1 Introdução.....	83
2 Desenvolvimento.....	84
2.1 Da licitação.....	84

2.2	Da modalidade pregão .....	87
2.3	Contratações de serviços técnicos especializados na modalidade pregão .....	89
3	Conclusão.....	94
	Referências.....	95

## INFORMAÇÕES JURÍDICAS REFERENCIAIS E PARECERES

### Informação Jurídica Referencial PMS-11 nº 8/2022 – Processo nº 19.17.000002200-5

<b>Carin Prediger</b> .....	99	
1	Relatório .....	99
2	Exercício do poder de polícia: fundamento e destinatário .....	100
3	A imposição da sanção de multa após o devido processo legal de um auto de infração .....	100
4	A fiscalização exercida por órgão sobre a pessoa jurídica a que pertence: confusão (art. 381, CC). Formas de apurar irregularidades: sugestões.....	101
5	Limites do poder da autarquia em face da pessoa jurídica que lhe deu origem .....	102
6	Conclusão.....	103
	Referências.....	103

### Informação Jurídica Referencial PMS-07 nº 12/2022 – Processo nº 20.0.000004629-0

<b>Gustavo Lopes Silva</b> .....	105	
1	Relatório .....	105
2	Fundamentação.....	105
2.1	Da informação jurídica referencial .....	105
2.2	Requisitos para a contratação do fornecimento de energia elétrica .....	108
2.2.1	Requisitos para as contratações diretas em geral .....	110
2.2.1.1	Termo de referência ou projeto básico homologado pelo titular do órgão ou entidade.....	110
2.2.1.2	Justificativa de preços.....	111
2.2.1.3	Certidões e declarações.....	111
2.2.1.4	Consultas de verificação de idoneidade da concessionária.....	112
2.2.1.5	Pedido de liberação aprovado .....	112
2.2.1.6	Minuta do contrato .....	112
2.2.2	Possibilidade de contratação do fornecimento de energia elétrica com prorrogação automática do prazo de vigência.....	114
2.2.3	Possibilidade de agrupamento dos contratos do Grupo B.....	116
3	Conclusão.....	117
	Referências.....	119

### Parecer nº 0022/2022 – Processo nº 2022.02.002314

<b>Eugênia Giovanna Simões Inácio Cavalcanti</b> .....	121	
I	Da consulta .....	121
II	Do parecer .....	122
III	Conclusão.....	125

### Parecer nº 03/2022/DIPAT/SEMAD

<b>Fernanda Oliveira de Souza</b> .....	127	
I	Dos fundamentos .....	128

II	Conclusão.....	134
	Referências.....	134

## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

#### **Supremo Tribunal Federal**

ADPF – Constitucional – Assistência judiciária gratuita à população carente – Competência comum dos entes federados para combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização e para promover a integração social dos setores desfavorecidos – Artigo 23, inciso X, da Constituição Federal de 1988 – Competência do município para serviços públicos de interesse local. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 279/SP .....	137
--	-----

#### **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial – Tráfico de drogas – Atuação das Guardas Municipais – Busca pessoal – Ausência de relação clara, direta e imediata com a tutela dos bens, serviços e instalações municipais – Impossibilidade – Prova ilícita – Violação dos artigos 157 e 244 do Código de Processo Penal. Recurso Especial nº 1.977.119/SP.....	193
---	-----

#### **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia**

Consulta – Servidor público – Licença-prêmio – Requisitos – Conversão em pecúnia das licenças-prêmio devidas e não gozadas até a data da aposentadoria – Prazo prescricional – Natureza jurídica indenizatória – Não contabilização como gasto de pessoal. Processo nº 05273e22.....	217
--	-----

EMENTÁRIO .....	225
-----------------	-----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS .....	239
-----------------------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	241
---------------------------------	-----